

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 164.926 - GO (2019/0096506-0)

RELATOR : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
SUSCITANTE : **JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE IPORÁ - GO**
SUSCITADO : **JUÍZO FEDERAL DA 6ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS**
INTERES. : **BELMIRO MOREIRA DA SILVA & CIA LTDA**
ADVOGADO : **JOAO ALBERTO LEONEL FERREIRA JUNIOR - GO051069**
INTERES. : **FAZENDA NACIONAL**

DECISÃO

Trata-se de Conflito Negativo de Competência instaurado entre o Juízo Federal da 6ª Vara da SJ/GO e o Juízo de Direito da 2ª Vara Cível de Iporá/GO, nos autos de Mandado de Segurança proposto por Belmiro Moreira da Silva e Cia Ltda. contra ato reputado ilegal praticado pelo Procurador-chefe da Fazenda Nacional em Goiânia/GO.

O Juízo Federal declarou-se incompetente para julgamento do feito, sob o fundamento de que a Ação Mandamental interfere no andamento de Execuções Fiscais ajuizadas perante o juízo estadual para cobrança do mesmo débito, razão pela qual conclui haver conexão.

Por sua vez, o Juízo Estadual, examinando o feito, houve por bem suscitar o presente Conflito, por entender (fl. 6, e-STJ):

Em que pese este juízo possuir sob sua análise processos em que o impetrante seja demandado, processos estes em que a Fazenda Nacional persegue seu crédito, a discussão posta nesta demanda é relativa a validade de ato praticado por servidor público vinculado ao Poder Executivo Federal.

Veja-se que o Poder Judiciário do Estado de Goiás, um dos poderes representante de um dos estados da federação, não tem competência para revisar ato tomado por pessoa integrante de Poder da União. Existe clara afronta ao pacto federativo.

Dispensei a manifestação do Ministério Público Federal, tendo em vista cuidar-se de questão já conhecida desta Corte.

É o relatório.

Decido.

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 5.4.2019.

Versam os autos sobre Conflito de Competência instaurado entre a Justiça Federal e a Justiça estadual nos autos de Mandado de Segurança impetrado pelo sujeito passivo da obrigação tributária, tendo em vista a revogação da suspensão da Execução Fiscal mesmo após a adesão a programa

de parcelamento.

A empresa impetrante explica que efetivou o pagamento das parcelas objeto do parcelamento. Todavia, por um erro, as guias de recolhimento foram preenchidas com código de operação incorreto na Receita Federal, o que acarretou a inativação do parcelamento e, via de consequência, a continuidade do feito executivo que se encontrava suspenso.

É firme a orientação do STJ no sentido de que "a competência federal delegada para processar a ação de execução fiscal proposta pela Fazenda Nacional (art. 15, I, da Lei nº 5.010/66), se estende também para a oposição do executado, seja ela promovida por embargos, seja por ação declaratória de inexistência da obrigação ou desconstitutiva do título executivo". (CC 89.267/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/11/2007, DJ 10/12/2007, p. 277).

A executada se utiliza da Ação Mandamental com a finalidade de alcançar resultado que obteria com o julgamento favorável dos Embargos de Devedor eventualmente ajuizados, a saber, o reconhecimento da higidez do parcelamento que possibilitou a suspensão das execuções fiscais.

Desta feita, com o fim de evitar decisões conflitantes, recomenda-se que o Mandado de Segurança seja processado no juízo competente para julgar a Execução Fiscal referente à mesma dívida.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO ANULATÓRIA E EXECUÇÃO FISCAL. CONEXÃO. REUNIÃO DOS PROCESSOS. COMPETÊNCIA DO JUÍZO ONDE PROPOSTA A ANTERIOR EXECUÇÃO FISCAL.

1. A jurisprudência da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que, constatada conexão entre a ação de execução fiscal e ação anulatória de débito fiscal, impõe-se a reunião de processos para julgamento simultâneo, a fim de evitar decisões conflitantes, exsurgindo competente o Juízo onde proposta a anterior ação executiva.

2. A ação anulatória do título executivo encerra forma de oposição do devedor contra a execução, razão pela qual induz a reunião dos processos pelo instituto da conexão, sob pena de afronta à segurança jurídica e economia processual.

3. A competência federal delegada (art. 15, I, da Lei n. 5.010/66) para processar a execução fiscal estende-se para julgar a oposição do executado, seja por meio de embargos, seja por ação declaratória de inexistência da obrigação ou desconstitutiva do título.

4. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito.

(CC 98.090/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 04/05/2009).

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. JUSTIÇA ESTADUAL. COMPETÊNCIA DELEGADA DA

JUSTIÇA FEDERAL. POSTERIOR AJUIZAMENTO, NA JUSTIÇA FEDERAL, DE AÇÃO ANULATÓRIA DO MESMO DÉBITO FISCAL DO FEITO EXECUTIVO. EXTENSÃO DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. ART. 15, INC. I, DA LEI N. 5.010/66.

1. Esta Corte Superior, através da Primeira Seção, já se manifestou pela existência de conexão entre executivo fiscal e ações autônomas que visem anular ou desconstituir o título executivo que embasa a execução fiscal.

2. No caso, a competência da Justiça estadual se dá por incidência do art. 15, inc. I, da Lei n. 5.010/66. Assim como a Justiça estadual tem competência para processar e julgar as execuções fiscais nas hipóteses do art. 15 do referido diploma normativo, também tem atribuição legal de cuidar das ações que funcionem como oposição do executado ao pleito fazendário. Precedente da Seção.

3. Conflito de competência conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito de Cafelândia/SP, o suscitado.

(CC 95840/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 06/10/2008).

Diante do exposto, **conheço do Conflito para declarar competente o Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Iporá/GO, o suscitante.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de maio de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator